



MODERNIZAÇÃO: DESIGUALDADES SOCIAIS NO CAMPO ENTRE A COMUNIDADE EXTRATIVISTA E O GRANDE PRODUTOR

Kelyane Ribeiro de Sousa -kelyane116@gmail.com

Ramaiany Lohanny Sousa Cremer - ramaiany.lohanny@gmail.com

Vanessa Aparecida Muller - vanessa.muller@gmail.com

Alexandre Leonardo Simões Piacentini - piacentini@unir.br

RESUMO

Este trabalho visa fazer um estudo sobre a pressão que o fornecimento de maquinários e equipamentos tecnológicos aos grandes produtores tem exercido na comunidade extrativista, com enfoque na obtenção de produtos florestais de origem não madeireira. Dessa forma, o objetivo geral foi analisar se a distribuição desses recursos interfere na desigualdade no campo entre os pequenos e grandes produtores. A questão norteadora se baseia na distribuição de recursos como uma forma de impulsionar o agronegócio no mercado interno e externo, o que rebaixa cada vez mais a posição do produtor familiar extrativista. Para isso, adotou-se o método de revisão integrativa, onde o portfólio possibilitou a integração de cinco categorias de causas das desigualdades sociais no campo. Os resultados indicam que (1) as desigualdades sociais, no meio rural têm sido um assunto abordado por diversos pesquisadores, porém pode-se notar pouco interesse por parte das ciências exatas; (2) as abordagens se sustentam em conjunto, tornando o assunto muito mais complexo e abrangente, necessitando de estudos mais profundos; (3) dos resultados destaca-se a exigência de apoio de políticas públicas que auxiliem o pequeno produtor, na gestão de recursos que possibilitem a melhor eficiência de trabalho no campo, principalmente no quesito processamento e/ou industrialização dos produtos não madeireiros oriundos das reservas legais. Dessa forma, espera-se que a pesquisa incentive maiores estudos que aprofundem o tema, além de contribuir para a academia científica, gestores de unidades de conservação e formuladores de políticas públicas com intuito de incentivos fiscais.

Palavras-chave: unidade de conservação; reserva legal; agronegócio; agricultura extrativista.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta uma revisão bibliográfica sistemática, abordando como a distribuição de recursos no campo (maquinários e tecnologias agrícolas), os quais condicionam a modernização agrícola, pode favorecer os grandes produtores em frente à pressão exercida nos pequenos agricultores, cuja renda se obtém majoritariamente por meio de extração de produtos florestais não madeireiros (PFNM's) oriundos de unidades de conservação extrativistas.

As pesquisas inicialmente direcionam à percepção da modernização agrícola e os frutos dessa nova realidade que, de certa forma, é vista como algo vantajoso para facilitar a vida do produtor no campo, mas que se concentra apenas nas mãos de grandes produtores, e desfavorecendo o pequeno agricultor. Com base nisto, se justifica a busca de informações que possam contribuir para o entendimento dos fatores que levam as desigualdades existentes e de como combatê-las,

garantindo ao pequeno produtor maiores oportunidades de crescimento e desenvolvimento da atividade extrativista.

Este trabalho utiliza método de revisão integrativa com apoio na ferramenta de busca *Google acadêmico*. A problematização é: a distribuição de recursos (maquinários e tecnologias) pressionam interferem na desigualdade no campo entre os extrativistas e os grandes produtores agrícolas? Tendo em vista que, geralmente, os grandes produtores têm mais acesso aos recursos e conseqüentemente, conseguem se favorecer financeiramente. O pressuposto é de que este crescimento da atividade afeta negativamente o desempenho de pequenos produtores dependentes da extração de recursos sustentáveis da reserva legal, já que afeta a competitividade do mercado.

O objetivo geral consiste em analisar se a distribuição de recursos para os grandes produtores, principalmente de maquinários e tecnologias, interfere na atuação de produtores de situação extrativista de unidades de conservação de desenvolvimento sustentável.

Os objetivos específicos compreendem (1) a seleção de pesquisas relacionadas à temática apresentada, (2) identificação e análise dos estudos selecionados, e (3) a interpretação dos resultados. Este trabalho é de interesse de atores governamentais que fazem a gestão destes recursos, por meio de associações, cooperativas, programas de assistência, e outros, principalmente aos pequenos produtores rurais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção aborda os aspectos que fundamentam a pesquisa, são trazidos elementos teóricos-conceituais relativos à desigualdade no campo entre o grande produtor e o pequeno extrativista; nos tópicos seguintes, trata-se sobre a temática da má distribuição de recursos e a pressão exercida ao pequeno produtor, que pode acarretar a degradação das unidades de conservação; aborda-se a categorização, análise/interpretação e síntese dos resultados, discutindo-se a revisão sistemática e sua relação com sistematização dos resultados de produções científicas obtidas por livros e artigos científicos.

2.1 Modernização tecnológica no campo

Neste tópico são trazidos elementos conceituais relacionados com o processo de modernização e a gestão de recursos que é apontado por muitos autores como um dos principais fatores que levam à desigualdade no meio rural entre o agricultor latifundiário e o extrativista de recursos florestais, a partir de uma revisão sistemática.

A análise proposta neste estudo envolve o entendimento de Graziano Neto (1985), de que a modernização da agricultura é um processo de transformação capitalista que ocorre junto às transformações recentes da economia do país. Dessa forma, com o surgimento de novas técnicas e equipamentos modernos, o extrativista passa ser cada vez mais subordinado à indústria do mercado, que lidera em produção e qualidade do produto. Entretanto, acredita-se que a modernização é necessária para promover o mínimo esforço físico e trabalho braçal do produtor, a fim de melhorar sua qualidade de vida sem comprometer seus investimentos, principalmente a respeito do processamento dos produtos após a extração florestal.

De acordo com Sampaio (2011), a modernização se desencadeou por diversos acontecimentos, modulada com a Segunda Guerra Mundial, quando houve um rápido crescimento econômico dos países avançados, seguindo de crises econômicas que desencadearam aumentos de desempregos e inflação, queda de produção, entre outros. A partir daí foi apresentada uma proposta de economia globalizada com grandes investimentos em tecnologia e modernização de maquinários desprezando técnicas tradicionais.

O processo de modernização do campo no Brasil se iniciou na década 1950 e se intensificou com o passar dos anos, ela foi contemplada com recursos técnicos que foram direcionados de forma diferenciada regionalmente, em decorrência das condições continentais do território brasileiro, sendo mais intenso a princípio, nas regiões Sul e Sudeste e, posteriormente, atingindo também Centro-oeste, Nordeste e Norte.

Porém, concomitantemente a isso houve o incentivo ao desmatamento da Amazônia legal, que fora impulsionado pela perspectiva de obtenção de terras agriculturáveis. Desde então, se sobressaíram cada vez mais aqueles produtores mais informados e de conhecimento empírico, deixando para trás o produtor tradicional, que nesse meio tempo, ou buscava especialização, ou migrava para a cidade (CARVALHO & DOMINGUES, 2016).

Segundo Gehlen (2004), quando não há igualdades nas oportunidades oferecidas, verifica-se que as políticas públicas como disponibilidade de crédito agrícola, formação de cooperativas não são suficientes para superar a discriminação e as desigualdades no campo.

Dessa forma, pode-se perceber que a modernização está inteiramente ligada com má distribuição de recursos, estes que são adquiridos pelo Estado, nas instituições governamentais, e que quase sempre, passam apenas de escritos no papel, ou até mesmo, param nas mãos daqueles que não precisam, beneficiando uns e outros não, estabelecendo uma desigualdade entre o produtor que

produz em grande escala e o extrativista familiar que busca também crescer e garantir sua sobrevivência.

2.2 Produção Rural

Neste tópico, são abordados os sistemas de produção agrícola de grandes produtores e extrativistas florestais, bem como mão de obra e máquinas que facilitam a vida de cada tipo de produtor, onde aumentam a produtividade e garantem em melhor qualidade de vida para os produtores.

A forma com que a agricultura se destaca está relacionada ao tamanho da área cultivada e/ou explorada, a forma de cultivo e/ou exploração e do índice de produção alcançada. No geral, o pequeno produtor, principalmente o extrativista de recursos de unidades de conservação, é menos competitivo em funções que envolvem grandes produções em escala, como grãos ou pecuária. Deve-se então, considerar como a existência de equipamentos e pequenas indústrias de processamentos adequados, podem garantir o aumento da produtividade do trabalho do extrativista (NOGUEIRA, 2011).

2.3 Pressão antrópica sobre Unidades de Conservação (UC)

Este tópico traz uma discussão sobre a influência do processo de modernização quanto as Unidades de Conservação (UC). Segundo Vallejo (2002) as UC visam diminuir as perdas da biodiversidade frente à degradação do meio ambiente com a exploração humana, dessa forma, segundo este autor a sociedade valoriza o espaço, por isso a conservação de seus atributos naturais para representação da criação de valor.

No entanto, os recursos naturais em todo o mundo estão ameaçados por grandes impactos ambientais, são diversos desafios enfrentados na conservação das UCs, seja pela perda da biodiversidade ou sobre a qualidade de vida de comunidades que vivem dentro dessas unidades, do qual, retiram sua sobrevivência. Alguns desafios como apropriação ilegal de terras públicas, garimpo, desmatamento ilegal, extração ilegal de madeira, entre outros, contribuem para a degradação dessas áreas. Contudo, é importante ressaltar o aumento da pressão antrópica envolvido nestes processos, apoiada pelo alto crescimento demográfico, expansão de fronteiras agrícolas e avanços tecnológicos (GUIMARÃES NETO, 2012; VIZENTIN & PADUA, 2014).

2.4 Desigualdade no campo

Este tópico apresenta os fatores que desencadearam as desigualdades existentes no campo e como se deu a divisão de classes no meio rural. Segundo Sauer et al. (2016), tudo começou no período de ditadura militar levando a apropriação de terras desordenadamente, do qual, influenciou a modernização técnica agrária via capitalização dos latifúndios. Essa modernização foi mediada por repressão política do período ditatorial e pela desigualdade de distribuição de recurso.

Para o mercado interno, a produção oriunda da extração de recursos florestais não madeireiros pelo pequeno agricultor familiar sempre foi praticamente insignificante frente às elites capitalistas, entretanto, em nenhum momento observa-se a busca pela igualdade com a produção desses grandes produtores. Com a modernização, houve menor emprego de mão-de-obra, maior incorporação de capital que resultou na elevação da produção agrícola total e também em desigualdades no meio rural (FREITAS, 2014).

Segundo Martine (1990) os grandes proprietários de terra foram beneficiados com o fácil acesso à créditos, assistência técnica e maquinários tecnificados, para garantir maior produção e, conseqüentemente, promover a exportação para atender a agroindústria do mercado nacional e internacional. Já os pequenos produtores e extrativistas não tiveram a mesma oportunidade, mesmo com grande demanda referente ao processamento e industrialização do produto extraído da floresta. A partir destes temas citados anteriormente, é possível inferir que a desigualdade no campo vem desde a má distribuição de recursos, onde foi-se incentivado o desmatamento da Amazônia legal na época de ocupação de terras, até as formas de relações no meio rural com exclusão do produtor extrativista, que vive uma agricultura sustentável dentro da reserva ambiental, dependente da produção da natureza e praticada por meio de técnicas rudimentares e simples, sem degradar o seu meio de subsistência.

3. METODOLOGIA

Apresentadas as bases teóricas nas quais fundamentam esta proposta, neste tópico será indicado o método delineado para sua realização. De acordo com Gerhardt (2009) a pesquisa é uma atividade nuclear da Ciência que possibilita aproximação da realidade. Para a autora a pesquisa científica envolve análise minuciosa realizada com o objetivo de resolver um problema, recorrendo à procedimentos científicos.

No quadro 1 são identificadas as características da pesquisa realizada neste trabalho.

Quadro 1: Características do delineamento da pesquisa proposta.

Quanto à forma de Abordagem do Problema	Quanto aos Fins da Pesquisa	Característica		
		Quanto aos Procedimentos	Tipo de instrumentos	Técnica de análise de dados
Qualitativa	Exploratória	Método de Revisão Integrativa	Levantamento eletrônico da literatura científica; Extração de dados via Matriz de Síntese;	Categorização, leitura das fontes e identificação de evidências.

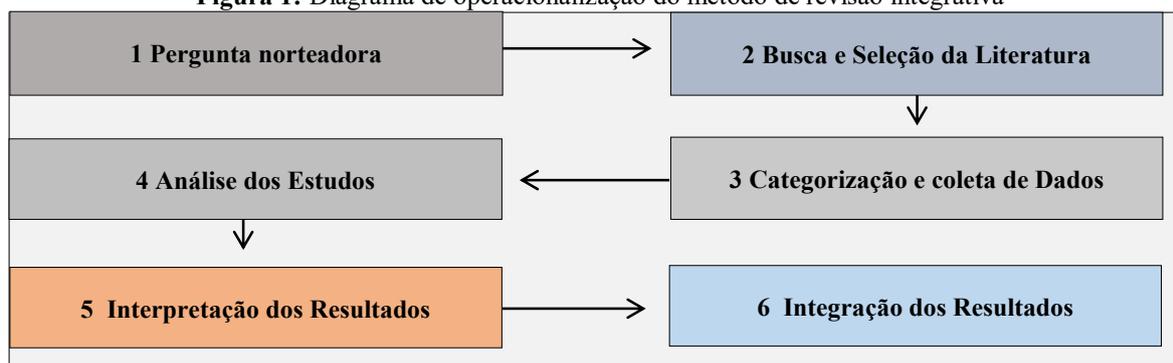
Fonte: Gerhardt (2009).

A opção por realizar uma pesquisa qualitativa de objetivo exploratório segue o entendimento de Gil (2007) de que este método de pesquisa proporciona maior familiaridade com o problema com aprofundamento da compreensão de um grupo social ou de uma organização, com o intuito de torná-los mais explícitos e construir hipóteses.

A realização de uma Revisão Sistemática com método Integrativo segue o entendimento de Mendes, Silveira e Galvão (2008), como um método de pesquisas que possibilita analisar diversos estudos realizados, permitindo conclusões gerais de um determinado assunto de uma área de estudo.

Elementos de sua operacionalização são identificados na Figura 1 e detalhados subsequentemente.

Figura 1: Diagrama de operacionalização do método de revisão integrativa



Fonte: Elaborado pelos próprios autores.

Quadro 2: Descritiva do diagrama de operacionalização.

Fases operacionais	Descritiva
1) Pergunta norteadora	Questão norteadora ou problematização que orientará as etapas restantes.
2) Busca e Seleção da Literatura	Identificar dos repositórios; critérios, definição do escopo e mecanismo de busca.
3) Categorização e coleta de Dados	Construir de categorias analíticas de ordenação e sumarização individual dos estudos.
4) Análise dos Estudos	Analisar e evidenciar o conteúdo categorizado.

5) Interpretação dos Resultados	Interpretar os dados evidenciados pelos estudos analisados sob a temática de pesquisa.
6) Integração dos Resultados	Identificar lacunas no conhecimento, propiciando a indicação de pesquisas futuras.

Fonte: Elaborado pelos próprios autores.

Realizou-se a busca da literatura científica, por meio da ferramenta eletrônica de busca *Google Acadêmico* no período de 25 de setembro de 2018. Os termos utilizados foram “Desenvolvimento agrícola e seus efeitos nas unidades de conservação sustentáveis”, foram relacionados 25 resultados.

Os critérios adotados para pré-seleção do resultado da busca, tem como objetivo descartar trabalhos considerados inadequados para o estudo; optou-se pelo descarte de monografias, publicações repetidas, *blogs*; estes termos foram definidos em função de serem utilizados em algumas circunstâncias para nível de conhecimento; em seguida, procedeu-se a leitura integral do resumo dos trabalhos restantes, para identificação de seu alinhamento ao contexto da gestão de recursos.

Para garantir precisão, os dados coletados foram extraídos e categorizados por meio de uma Matriz de Síntese, construída baseado em Botelho, Cunha e Macedo (2011). Os dados foram organizados nas seguintes categorias: Título, Autores, Objetivo do estudo, Abordagem, Conclusões, Ano de publicação, Tipo de trabalho.

4. RESULTADO E DISCUSSÕES

Os tópicos seguintes trazem os resultados desta pesquisa, indicando a caracterização dos estudos selecionados, sua categorização e análise, bem como, a integração e sínteses dos resultados obtidos.

4.1 Portfólio de Estudos Selecionados

A descritiva dos dados apresentada no Quadro 3, aponta que a temática é discutida de forma clara e objetiva, recorrendo ao contexto da modernização da agricultura relacionada à má distribuição de recursos. Destaca-se que boa parte das produções estão publicadas em revistas e eventos.

Quadro 3: Pesquisas selecionadas para categorização

Nº	Título do artigo	Autores	Ano	Tipo
----	------------------	---------	-----	------

01	Modernização da Agricultura no Brasil: Impactos Econômicos, Sociais e Ambientais.	Jodenir Calixto Teixeira	2005	Artigo publicado na Revista Eletrônica da Associação dos geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas.
02	Terrenos da Desigualdade: Terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural.	Sauer, Leite, Oliveira e Flores.	2016	OXFAM BRASIL
03	Políticas Públicas e Desenvolvimento Social Rural	Ivaldo Gehlen	2004	Artigo publicado na Revista São Paulo em Perspectiva.
04	Desigualdade, agronegócio, agricultura familiar no Brasil.	Regina Bruno	2016	Artigo publicado em Estudos Sociedade e Agricultura.
05	Mudanças no meio Rural e Desafios para o Desenvolvimento Sustentável.	Otávio Valentim Balsadi	2001	Artigo publicado na Revista São Paulo Perspectiva.
06	Impactos Decorrentes da Modernização da Agricultura Brasileira.	Rosane Balsan	2006	Artigo publicado no Campo-Território: revista de geografia agrária.
07	Modernização da Agricultura e seus rebatimentos nas relações de Trabalho no campo brasileiro.	Vilomar Sandes Sampaio	2011	Artigo publicado no evento VIII Encontro Baiano de Geografia.
08	Território e agricultura no Sudoeste da Amazônia: campo não moderno e produção para o consumo local	Pereira e Kahil	2010	Artigo publicado na Revista Mercator.

Fonte: Elaborado pelos próprios autores.

Percebe-se que os temas envolvem diversos fatores que influenciaram a desigualdade social no campo agrário e de extrativismo sustentável, entretanto os temas se interligam, uma vez que as implicações para constituir este cenário no campo se dão pelo processo de modernização e/ou industrialização, sobretudo pela gestão dos recursos tecnológicos de forma que seja igual para todos.

4.2 Categorização e Análise dos Estudos

A categorização apresentada no Quadro 4 demonstra que as abordagens metodológicas ressaltam a importância do produtor extrativista, e como este é visto pela elite agroindustrial e pelos atores governamentais, e as ações que poderiam melhorar a vida no campo. Pode-se notar que as pesquisas nessa área são de grande relevância.

Quadro 4: Dados coletados

Nº	Título do artigo	Descrição dos resultados
01	Modernização da Agricultura no Brasil: Impactos Econômicos, Sociais e Ambientais.	Não declarado explicitamente. Índices de abordagem qualitativa.
02	Terrenos da Desigualdade: Terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural.	Declarado explicitamente de abordagem crítica.

03	Políticas Públicas e Desenvolvimento Social Rural	Não declarado explicitamente. Índícios de abordagem qualitativa e quantitativa.
04	Desigualdade, agronegócio, agricultura familiar no Brasil.	Não declarado explicitamente. Índícios de abordagem qualitativa.
05	Mudanças no meio Rural e Desafios para o Desenvolvimento Sustentável.	Abordagem qualitativa.
06	Impactos Decorrentes da Modernização da Agricultura Brasileira.	Abordagem qualitativa.
07	Modernização da Agricultura e seus rebatimentos nas relações de Trabalho no campo brasileiro.	Declarado explicitamente de abordagem crítica e objetiva.
08	Território e agricultura no Sudoeste da Amazônia: campo não moderno e produção para o consumo local	Declarado explicitamente de abordagem crítica. Abordagem qualitativa.

Fonte: Elaborado pelos próprios autores.

É importante realizar pesquisas que se apoiam uma na outra, complementando os assuntos abordados. Através destes temas selecionados pode-se fazer levantamentos que demonstram o interesse de estudantes com o rural, principalmente, com o agricultor familiar. No próximo tópico será abordada a integração destes temas, para melhor sustentação das informações obtidas por elas.

4.3 Análise Integrativa dos Resultados

A análise dos objetivos dos estudos resultou no agrupamento dos trabalhos em cinco categorias apresentadas no Quadro 5. A primeira, com enfoque nas causas das desigualdades sociais no campo, e como é a distribuição de recursos; a segunda voltada a produção rural, divisão de classes, com ênfase no pequeno produtor; Já a terceira, destacando atividades não-agrícolas como saída para a população rural de encontrar ocupações; e a quarta se tratando de medidas e ações que podem ser feitas para levar igualdade no meio rural, garantir melhores formas de manejo que facilite os trabalhos realizados pelo produtor. Por fim, a quinta retrata como a modernidade fica restrita aos grandes latifundiários, e não chega ao pequeno produtor, muito menos aos extrativistas.

Quadro 5: Integração dos resultados obtidos com o estudo

Categoria	Autores	Resultados
Primeira	Jodenir Calixto Teixeira	A modernização se deu pelo regime ditatorial que direcionou as reivindicações por terra, foi permeada pela repressão política, induzindo à modernização técnica via capitalização dos latifúndios, beneficiando apenas determinados produtos e produtores. Com o avanço da tecnologia (Revolução Verde) se pretendia alcançar maior rentabilidade, visto que com a mecanização seria possível ampliar as áreas cultivadas ou escala de produção.
	Sauer, Leite, Oliveira e Flores.	
	Rosane Balsan	

Segunda	Regina Bruno	Uma agricultura Moderna: divisão de classes 1. O moderno empresário rural; 2. Agricultor familiar integrado e vocacionado; 3. Agricultores familiares “sem condição”.
Terceira	Otávio Valentim Balsadi	Queda na mão-de-obra na área agrícola, devido à incorporação de modernas tecnologias. Ocupações com atividades não-agrícolas.
Quarta	Ivaldo Gehlen	Compreensão através do espaço geográfico sobre território, o espaço produzido pelos atores, que não estão só na indústria, mas também nas diversas modalidades de trabalho com a finalidade de maximizar o processo capitalista. Em função disso, para burlar a exclusão social no meio rural pode-se adotar estratégias: recursos tecnológicos de baixo custo, por meio de associações ou cooperativas.
	Vilomar Sandes Sampaio	
Quinta	Pereira e Kahil	Comparação de campo-moderno e produção para o consumo local, nos Estados de Rondônia e Acre. Esta comparação demonstra que a modernidade não alcança todos os espaços, sendo modificações não abrangentes, mas seletiva, hierárquica, capitalista, longe de estar presente na realidade de vida dos trabalhadores que garantem sua sobrevivência com exploração das UCs em condições mínimas de trabalho, por efetuar tarefas rústicas e primitivas.

Fonte: Elaborado pelos próprios autores.

A integração dos resultados permite verificar primeiro: são diversos fatores, principalmente históricos, como em destaque o regime ditatorial. Este decorreu com a aprovação do Estatuto da terra, em novembro de 1964, onde prometia uma Reforma Agrária nunca executada, constando também bases legais para políticas agrícolas e processo de colonização o que capitalizou os latifundiários. Com a Revolução Verde se pretendia alcançar maior rentabilidade com o processo de modernização da agricultura, porém as consequências deste processo foram a acirrada concorrência no que se refere produção, efeitos sociais e econômicos.

No segundo caso, com a modernização da agricultura prevaleciam três tipos sociais no campo: 1. O moderno empresário rural: está no topo da estrutura social, composto por cadeias agroindustriais com utilização de tecnologias e acesso ao crédito farto e barato. 2. Agricultor integrado e vocacionado não se referem à expressão da habilidade, mas é considerado qualificado para produzir de forma rentável e têm suas ações determinadas conforme a lógica de mercado, porém necessitam de crédito e apoio, são motivados à formação de cooperativas. E por último 3. O agricultor sem condição está ligado diretamente a uma produção de subsistência. Sem condições de ter acesso às tecnologias e de se integrar em grupo cooperativistas, sendo assim, requerem a atenção de políticas assistencialistas antes da ocorrência de um processo de extinção dessa classe social

Independente dos processos que levaram à modernização e divisão de classes no meio rural, tem-se também no terceiro caso, uma queda na demanda de mão de obra, por serem substituídas por maquinários modernos, principalmente, aquelas destinadas à colheita e pós-colheita, com isso uma forma de ocupação para os residentes do território rural foi a procura de trabalho não-agrícola,

como aspectos ambientais e de proteção à natureza, o lazer e o turismo, a caça e a pesca. Devido a crescente urbanização no meio rural é necessário incluir atividades não-agrícolas, mas também deve-se envolver também um conjunto de atividades agropecuárias como a olericultura, floricultura, fruticultura de mesa, piscicultura e outros que buscariam nichos de mercado para sua inserção na economia.

A quarta categoria apresenta a necessidade de compreender a espacialização no território, onde os atores são os que produzem o espaço, estão ativos em todos os setores produtivos, desde os pequenos e os grandes produtores e a finalidade é favorecer o processo capitalista, esta relação que intensifica as desigualdades com exclusão de uns e benefícios aos outros. Entretanto, existem estratégias para burlar a exclusão social, através de incorporação de recursos tecnológicos de baixo custo, por meio de associações e cooperativas, que podem reivindicarem seus direitos, pressionar para barganhar melhores preços, beneficiamento próprio de suas matérias-primas e outros. Mas isso só será possível, se esta estratégia for apoiada por políticas públicas de apoio financeiro e técnico com qualificação profissional e infraestrutura.

E por fim, a quinta categoria trás uma discussão entre o campo-moderno (pouco capitalizado) e a produção para o consumo local, onde percebe-se que no meio do campo-moderno há o destaque de atividades produtivas orientadas pelo agronegócio com uma infinidade de tecnologias comandadas pelo mercado externo, já para o campo não-moderno têm-se atividades construídas através de recursos demandados do próprio lugar, ou seja produzir para sua sobrevivência. Outro fator importante é os estabelecimentos rurais explorados pela mão de obra familiar com laços de parentescos que tendem, a atuar em novos espaços com conquistas políticas que conduzem a apropriação de território para o trabalho (mesmo que sejam pouco valorizados). Recentes programas e planos do governo têm sido difundidos com relação à uma cadeia produtiva de base florestal que está direcionada a sustentabilidade e conservação das UCs, onde famílias podem exercer atividade extrativista ou conciliar a agricultura de subsistência com a coleta de produtos florestais não madeireiros.

Contudo, de acordo com os dados obtidos na integração dos resultados, subentende-se que a modernidade exerce grande influência na exploração total das UC's devido á dinâmica a qual está ligada, são diversos fatores de produção que somam com o desenvolvimento de qualquer atividade de importância econômica, dessa forma, o pequeno produtor ou o produtor familiar se sente pressionado por essas questões que se disseminam em todos os territórios, tomando proporções muito maiores, ocupando o seu espaço numa sociedade cada vez mais capitalista.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho promoveu uma aproximação ao cenário da produção científica brasileira envolvendo as desigualdades sociais no campo com ênfase na má distribuição de recursos, cujos resultados permitem enunciar as considerações que se seguem.

A seleção de pesquisas relacionadas à temática apresentada indicou que as desigualdades sociais, no que diz respeito, ao pequeno produtor rural e/ou extrativista têm sido um assunto abordado por diversos pesquisadores de pós-graduação e geógrafos, porém pode-se notar pouco interesse por parte das ciências exatas como cursos voltados para a agricultura no campo.

A categorização e análise dos resultados selecionados destacam abordagens que sustentam a pesquisa um do outro, tornando o assunto muito mais complexo e abrangente, que envolvem diversos processos, necessitando de estudos mais profundos e dinâmicos.

A interpretação dos resultados destaca a exigência de apoio de políticas públicas que estejam ativas e dispostas a desenvolver medidas que auxiliem o pequeno produtor crescer, crescimento este que poderia se incrementar na gestão de recursos que possibilitem a melhor eficiência de trabalho no campo.

Diante desses resultados, entende-se que as implicações apontam em limitações por parte dos atores governamentais, atenta-se ao pressuposto de que o extrativista sustentável é responsável por grande parte dos alimentos tropicais e nativos que compõem a mesa de muitos brasileiros, e sem apoio e com desvalorização de seu trabalho, logo essa oferta de alimentos poderá ser escassa e sendo assim, pesará ainda mais no bolso do consumidor.

Por fim, considera-se que a má distribuição dos recursos tecnológicos interfere na desigualdade existente no campo entre os extrativistas e grandes produtores. No entanto, essa pesquisa busca incentivar o desenvolvimento de mais estudos com enfoque no tema em questão, além de oferecer uma contribuição científica de interesse da academia científica, gestores de unidades de conservação e formuladores de políticas públicas com intuito de incentivos fiscais.

REFERÊNCIAS

BALSADI, Otavio Valentim. Mudanças no meio rural e desafios para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: **Revista São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n 1, 2001, p. 155-165.

BALSAN, Rosane. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira 1. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v.1, n. 2, 2006, p. 123-151.

BOTELHO, Louise Lira Roedel; CUNHA, Cristiano Castro de Almeida; MACEDO, Marcelo. **O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais**. Revista Gestão e Sociedade, Belo Horizonte, vol.5, n.11, p. 121-136, mai/ago 2011.

BRUNO, Regina. Desigualdade, agronegócio, agricultura familiar no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, abril de 2016, vol. 24, n. 1, p. 142-160, ISSN 1413-0580.

CARVALHO, T. S.; DOMINGUES, E. P. Projeção de um cenário econômico e de desmatamento para a Amazônia Legal brasileira entre 2006 e 2030. **Nova Economia**, v. 26, n. 2, p. 585-621, 2016.

FREITAS, R. E. Produtividade Agrícola no Brasil. In: DE NEGRI, F.; CAVALCANTE, L. R. **Produtividade no Brasil: desempenho e determinantes**. Brasília: ABDI: IPEA, 2014, Cap. 12, p. 373- 409.

GEHLEN, Ivaldo. **Políticas Públicas e Desenvolvimento Social Rural**. São Paulo em Perspectiva, 18 (2): 95-103, 2004.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Planejamento e Gestão para o desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, v. 1, n. 2, p. 31-42.

GIL, Antônio Carlos. Como elaboras projetos de pesquisas. 4^oed. São Paulo: Atlas, 2007.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão Agrária e Ecologia. Crítica da Agricultura Moderna**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GUIMARÃES NETO, A. S. Proteção de Unidades de Conservação da Amazônia. In: CASES, M. O. **Gestão de Unidades de Conservação: compartilhando uma experiência de capacitação**. Brasília: WWF-Brasil/IPÊ– Instituto de Pesquisas Ecológicas, 2012. p. 181-199.

MARTINE, G. **Faces e Faces da Modernização Agrícola Brasileiro**. In: Planejamento e Políticas Públicas, Brasília: Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA), 1990.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão Integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. Texto e Contexto Enfermagem, Florianópolis, 2008 Out-Dez; v.17 , n.4 , p. 758-764.

NOGUEIRA, A. C. L. **Os pequenos Produtores Rurais e a Sustentabilidade**. Boletim Informações FIPE. Disponível em: <<http://www.portaldoagronegocio.com.br/artigo/os-pequenos-produtores-rurais-e-a-sustentabilidade>>. Acesso em: 07/12/2017.

PEREIRA, M. V.; KAHIL, S. P. Território e Agricultura no Sudoeste da Amazônia: campo não moderno e produção para o consumo local. Fortaleza – CE: **MERCATOR, Revista de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC)**. v. 9, n. 19, 2010. p. 47-64.

SAMPAIO, Vilomar Sandes. Modernização da agricultura e seus rebatimentos nas relações de trabalho no campo brasileiro. VIII Encontro Baiano de Geografia, p. 1-18, 2011.



SAUER, S.; LEITE, A. Z.; OLIVEIRA, K. R. A.; FLORES, T. B. **Terrenos da Desigualdade: Terra, agricultura e desigualdades no Brasil**. Oxfam Brasil, 2016. Disponível em: <www.oxfam.org.br>. Acesso em: 24/11/2017.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. Revista Eletrônica AGB-TL, v. 1, n. 2, 2005, p. 21-42.

VALEJJO, L. R. Unidades de conservação: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e de políticas públicas. Niterói: UFF, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia. v. 4, n. 8, 2002. 22 p.

VIZENTIN, R.; PADUA, S. M. **Práticas Inovadoras na Gestão de áreas protegidas**. Brasília: Gestores empreendedores: inovação na gestão de unidades de conservação, 50 p. 2014.